

# MOVIMENTO SOCIAL DE DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO (1998 – 2008)<sup>1</sup>

Gilcilene de O. Barão  
Joana M. Angelis

## RESUMO

Este texto objetiva apresentar uma reflexão sobre o movimento social dos docentes – as organizações e associações – e a sua vital contribuição, através dos debates e das mobilizações, na construção democrática de um Plano Nacional de Educação (PNE) que responda às necessidades da sociedade. A reflexão é desenvolvida em dois aspectos: 1) discussão das diferenças fundamentais entre elaboração e encaminhamento das propostas de PNE (do Governo e das entidades e organizações), e 2) de uma breve comparação entre algumas diretrizes centrais das propostas do PNE, especificamente, quanto ao papel do Estado frente à responsabilidade com a educação pública e a participação da sociedade.

Palavras-chave: movimento dos docentes; democracia; Plano Nacional de Educação; Estado.

### **ABSTRACT**

Mobilizing the society attention and specifically the teaching workers action was the main purpose of the social movement of teachers through its associations during the construction of the Education National Plan (PNE). The movement intended a democratic plan able to answer the social needs of Brazilian people. The study is developed into two streams: 1) an analysis of the main differences identified between government and the teachers movement purposes; 2) a discussion over some of the mainstreams of the PNE specifically as concerned to the State role in public education and a taking part society.

Key-words: teachers movement; democracy; Education National Plan; State.

## 1. INTRODUÇÃO

*"Eu quero uma teoria que se adapte à realidade. Não quero que a realidade se adapte a uma teoria elaborada em um escritório. Quero a capacidade de um ministério de interpretar a realidade em que vivem os docentes argentinos e a escola argentina e de oferecer uma proposta baseada nessa realidade para chegar à transformação necessária do sistema educativo. Os docentes querem mudar a escola. Mas querem ser partícipes dessa mudança. Não queremos ser executores de uma mudança decidida sem a menor participação dos trabalhadores nem das organizações que representam os trabalhadores (...). O que os professores sentem hoje é uma mistura de temor, preocupação e insegurança".*  
Discurso da Secretária Geral da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina  
(Maffei<sup>2</sup> apud Torres, 1996, p.185)

Esta epígrafe poderia ser o discurso de uma professora de muitos outros países da América Latina e Caribe, tamanha são as coincidências, maiores em uns aspectos do que em outros, entre as reformas que estão sendo processadas nos diferentes sistemas educacionais da região. Geralmente, alguns organismos internacionais fornecem subsídios teóricos, práticos ou financeiros para tais reformas e as justificativas que dão suporte a essas reformas estão baseados no que Ramonet (1997) chama de "pensamento único". Mas, o que vem a ser o "pensamento único"? "Trata-se da tradução em termos ideológicos da pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular do capital internacional"(p.23).

Assim, de tanto ouvir somos levados a acreditar, principalmente após a queda do muro de Berlim, que só existe um caminho: a reforma, a ser seguidos por todos: governos neoliberais, partidos políticos, movimentos sociais, etc. Dessa forma, "a repetição constante deste catecismo em todos os meios de comunicação por quase todos os políticos (...), confere a ele uma tal força de intimidação que asfixia toda tentativa de reflexão livre e torna muito difícil a resistência contra esse novo obscurantismo"(op.cit, p.25).

Pretendemos neste trabalho demonstrar a falácia da imposição do "pensamento único" na prática, pois os movimentos e organizações sociais, especificamente os ligados à educação, têm apresentado projetos diferentes do proposto pelo governo, partindo da realidade de exclusão social presentes nas sociedades latino-americanas.

A Lei de Diretrizes e Bases, Nº9394 sancionada em 20/12/96, indica no art.87 § 1º *que a união, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.* O governo e o movimento social organizado trabalharam em caminhos opostos para a construção do PNE.

O MEC, na verdade, já tinha uma política educacional implementada pelas diversas emendas constitucionais apresentadas ao Congresso Nacional. Assim, podemos afirmar que a proposta de PNE/MEC/INEP é a sistematização da política educacional em curso. Por outro lado, um grande número de movimentos e organizações sociais no I e II Congresso Nacional de Educação (CONED)<sup>3</sup> elaboraram um documento que deflagrou uma crescente discussão de entidades e profissionais envolvidos na educação dos diferentes níveis.<sup>4</sup>

Como consequência deste quadro, em 3 de fevereiro de 1998 o bloco de parlamentares de oposição apresentou ao Congresso Nacional, em forma de lei, o projeto das entidades sociais que teve apenas o PNE do Governo. Podemos afirmar que na verdade se têm duas propostas diferentes de PNE juntas tramitando no congresso.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar que apesar do discurso único estabelecido pelos "neoliberais", o movimento das organizações e associações dos educadores tem atuado com vitalidade ao mobilizar-se e organizar-se para contribuir na construção de um PNE que responda às necessidades da sociedade. Ressaltaremos aqui as diferenças fundamentais entre os projetos, no que diz respeito à maneira como foi elaborado e à sua relação com a sociedade em geral e os educadores e associações em particular – e algumas de suas diretrizes centrais.

O MEC solicitou à ANPEd um parecer sobre aspectos específicos do PNE/MEC/INEP. Nesse parecer é destacada a importância de um processo participativo e aberto à contribuição de amplos setores da sociedade na construção do Plano Nacional de Educação. É dentro desta concepção que a ANPEd pretende que o seu parecer possa circular entre os setores da sociedade brasileira, contribuindo para o debate nacional. Consideramos importante ressaltar a afirmação estabelecida na apresentação do Parecer, onde se lamenta "o pequeno prazo previsto para as entidades da sociedade civil analisarem a proposta elaborada pelo MEC e se manifestarem a respeito, pois o pronunciamento de uma associação nacional desse porte requer um tempo mínimo para reuniões e consultas internas"(ANPEd, 1997,P.3).

## 2. OS DIFERENTES ENCAMINHAMENTOS DE DISCUSSÃO COM OS PROFESSORES E SUAS ASSOCIAÇÕES

Em setembro de 1997 o MEC/INEP apresentou para discussão com alguns "interlocutores" uma proposta para o documento *Roteiro e Metas para Orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação*<sup>5</sup>. No documento estão explicitados alguns dos interlocutores consultados pelo Governo. São eles: 1) Estados e seus Municípios, pois "o PNE não pode se restringir às políticas federais, mas depende basicamente, do reconhecimento das necessidades e capacidades de cada unidade federada" (MEC, 1997,p.4); 2) O CNE "terá um papel especial. Recebendo o conjunto dos documentos, sua contribuição inclui a elaboração de crítica e sugestões quanto às metas propostas para todos os níveis e modalidade de ensino. Cabendo-lhe igualmente, a crítica dos documentos consolidados pelo INEP e, especialmente, da consolidação final" (op.cit., p.9) e 3) Os demais interlocutores deverão trabalhar com temas específicos.

Uma das principais críticas por nós apresentadas neste trabalho está relacionada à falta de divulgação e de tempo hábil para a discussão da proposta do PNE/MEC/INEP, como é ressaltado no parecer da ANPEd. Podemos afirmar que a implementação da discussão não chegou aos profissionais da área educacional e, no caso das entidades, a solicitação ficou limitada à análise de pontos específicos, o que sem dúvida compromete o parecer sobre a política proposta do PNE como um todo. Cabe ressaltar que, embora a solicitação presente no projeto do Governo se limitasse à análise de pontos específicos, a ANPEd apresentou Parecer sobre todos os itens do documento, com exceção da educação indígena<sup>6</sup>.

O I e II CONED<sup>7</sup> tiveram como objetivo a consolidação do PNE incluindo em sua dinâmica encontros preparatórios e seminários temáticos nacionais cuja finalidade era tornar a elaboração desse Plano a mais ampla e democrática possível. A sua dinâmica teve um triplo caráter, são eles: informativo, formativo e instrumental “expresso em uma proposta de educação democraticamente construída e consubstanciada em diretrizes, prioridades e metas para o Plano Nacional de Educação – referencial para o conjunto da sociedade brasileira” (CONED, 1997b, p.1).

Com todas as críticas que possam ser apontadas no que diz respeito à representatividade e a participação do conjunto dos educadores dos sistemas formais e não formais e dos diversos espaços de educação e da sociedade em geral, não há dúvida de que os CONEDs, constituíram-se em fóruns inéditos e de grande importância na história da educação e das organizações e entidades educacionais brasileiras.

O inédito e o importante neste processo refere-se à sua constituição enquanto espaço político, neste momento “pensamento único”. Os CONEDs orientaram-se para a construção do PNE comprometido não com os interesses dominantes no mercado e sim com os interesses dos trabalhadores, constituindo-se como espaço plural cujo objetivo principal é a construção do Plano como um “instrumento que visa promover as transformações necessárias, que conduzam à justiça social e a melhoria da qualidade de vida à maioria da população” (CONED, 1997b, p.15). Contribuíram também para mostrar que a tradição brasileira de elaboração dos Planos pensados e construídos, apenas no âmbito do Ministério, precisa ser transformada num processo dinâmico com a participação, de fato, dos educadores.

### 3. COMPARANDO ALGUMAS DIRETRIZES CENTRAIS

Muitas são as divergências sobre a definição das diretrizes e metas dos documentos do PNE em estudo. Entretanto, nos concentraremos, em dois aspectos que consideramos centrais. São eles: o papel do Estado frente à responsabilidade com a educação pública e a participação da comunidade com relação à mesma.

O projeto do PNE/MEC/INEP deixa claro nas diferentes metas e desobrigação do Estado, principalmente da União, quanto à manutenção e ao desenvolvimento da educação nos diferentes níveis, baseado no princípio da descentralização. Assim, observamos uma saída da União de sua responsabilidade com a educação pública, passando esta para os Estados e Municípios, substituindo assim a concepção de sistema nacional de educação pelo limitado sistema nacional de informação e de avaliação. Esta concepção está em desacordo, conforme parecer da ANPEd, com a Constituição Federal de 1988 e também com a LDB que afirmam que a educação pública gratuita é dever do Estado.

No projeto do PNE/CONED o papel do Estado frente à manutenção e ao desenvolvimento é absolutamente explícito por todo o documento. Na introdução é afirmado que a concepção de escolarização está respeitando o conteúdo da Constituição Federal de 1988 pois a escola deverá ser garantida e financiada pelo Estado.

O segundo aspecto que destacamos é quanto à definição de participação da comunidade presente nos projetos de PNE. No PNE/MEC/INEP esta participação é definida através do trabalho voluntário que garantirá a participação da comunidade na manutenção física e no melhoramento do funcionamento da escola, o que contribuirá para liberar o Estado de seus compromissos com a educação. No parecer da ANPEd este aspecto é destacado com relevância.

No PNE/CONED a participação da comunidade se dará através da gestão democrática para assegurar um currículo democrático, nas criações do Fórum Nacional de Educação (Estaduais e Municipais) com atribuições deliberativas de acompanhamento, avaliação e orientação das políticas educacionais e de implantação do PNE, e entre outras formas, através do estabelecimento dos Conselhos escolares com caráter deliberativo.

#### 4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos então constatar que existem propostas antagônicas – a do Estado e as das organizações e associações educacionais. Elas apresentam contraposição quanto ao conteúdo, à forma e ao processo de encaminhamento na construção do PNE. Os movimentos e organizações sociais demonstram que a história não acabou e que é possível a construção coletiva, plural e democrática dos principais sujeitos de qualquer PNE, ou seja, os educadores e suas entidades de representações. Este encaminhamento pretende, portanto, demonstrar a possibilidade de qualquer docente latino-americano ter consciência e segurança quanto ao seu papel na construção de um novo projeto educacional que tenha a inclusão e a qualidade social para todos como principal meta.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação.  
*Parecer da ANPEd Sobre a Proposta Elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação.* São Paulo, dezembro de 1997.

- BONFIM, M. do C. *Ações Coletivas de Docentes de 1º e 2º graus do Piauí (1985 – 1995)*. In 19ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, BH, 1996.
- CALAZANS, M. Julieta. *Planejamento de Educação no Brasil – Novas Estratégias em Busca de Novas Concepções*. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo, Cortez, 1993.
- CONGRESSO Nacional de Educação. *Subsídios às Discussões Preparatórias do II CONED*. BH, 1997a
- CONGRESSO Nacional de Educação. *Plano Nacional de Educação Proposta do II CONED*. BH, 1997b.
- GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
- MINISTÉRIO da Educação e do Desporto / Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais. *Propostas para o Documento Roteiros e Metas para orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação*. Brasília, 20/8/97.
- MORAES, M. S. *Ressonâncias Neoliberais nas Práticas Políticas e Educativas dos Movimentos Sociais*. In 18ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, BH, 1995.
- RAMONET, Ignacio. *O Pensamento Único*. In MALAGUTI, M. L. et al (org.). *A Quem pertence o amanhã? Ensaio Sobre o Neoliberalismo*. São Paulo, Ed. Loyola, 1997.
- SOUZA, A. N. *Estratégias de Luta Sindical dos Professores do Ensino Básico no Brasil*. In 19ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, BH, 1996.

TORRES, Rosa M. *Melhorar a Qualidade da Educação Básica? As Estratégias do Banco Mundial. In TOMMASI, L. de et al (Org.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.* São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

TORRES, A. *Movimento Docente e Política neoliberal. In 19ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, BH, 1996.*

## **SIGLAS UTILIZADAS**

AELAC – Associação dos Educadores da América Latina e do Caribe,

ANDE – Associação Nacional de Educação,

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior,

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação,

ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação,

CNE – Conselho Nacional de Educação,

CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação,

CONED – Congresso Nacional de Educação,

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Estabelecimentos de Ensino,

DNTE-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação,

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras,

INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais,

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

MEC – Ministério da Educação e do Desporto,

PNE – Plano Nacional de Educação,

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal  
do 1º, 2º e 3º graus da Educação Tecnológica,

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas,

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação,

UNE – União Nacional dos Estudantes.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Esse trabalho faz parte do Projeto Integrado de Pesquisa "Educação e Consciência Ambiental" – Região do Médio Paraíba do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UERJ, coordenado pela Profª Drª. Maria Julieta Costa Calazans.

<sup>2</sup> MAFFEI, Marta. *Novidades Educativas*. Buenos Aires, n.57, set., 1995.

<sup>3</sup> AELAC, ANDE, ANDES-SN, ANFOPE, CNTE, CONTEE, DNTE-CUT, FASUBRA, SNASEFE, UBES, UNDIME UNE entre outros que participaram da organização local, como apoio colaboração.

<sup>4</sup> É importante ressaltar que foi na 18ª Reunião Anual da ANPEd, em 1995 que a ANDE, ANDES-SN e ANPEd tiveram um momento de discussão com relação a retomada para realização da 7ª Conferência Brasileira de Educação (CBE), no final dessa chegou-se a conclusão da necessidade de construção de um espaço diferente dos da CBEs, assim surge a proposta do CONED. Diante da prática autoritária de implementação da política educacional do MEC, os movimentos e organizações sociais educacionais já citadas, resolveram construir um Plano Nacional de Educação no CONED.

<sup>5</sup> Estamos trabalhando com a proposta elaborada pelo MEC/INEP de 28/08/97, com o parecer da ANPEd de dezembro de 1997 e com o documento proposta do II CONED de 6/11/97.

<sup>6</sup> O parecer da ANPEd "foi elaborado por uma comissão formada a partir de decisão tomada durante a 20ª Reunião Anual da entidade, em Caxambu, Minas Gerais, nos dias 21 a 25 de setembro de 1997. A Comissão foi construída por representantes dos Grupos de Trabalhos temáticos e da Diretoria da ANPEd, com o objetivo de consolidar as propostas consensuais a partir da contribuição desses grupos, discutida durante a 20ª Reunião Anual. Reuniu-se em São Paulo, na PUC, por diversas vezes, nos meses de outubro e novembro. No final desse período, a versão preliminar do documento foi enviada aos Grupos de Trabalho, ao Fórum de coordenadores de Programas de Pós-graduação, aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e aos ex-presidentes da ANPEd. A partir das sugestões recebidas, foi elaborado a versão final do documento" (ANPEd, 1997, p.2).

<sup>7</sup> O I CONED (1996) contou com a participação de cinco mil educadores e o II CONED (1997) contou com a participação de quatro mil educadores de diferentes estados brasileiros.